

## A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEGOS: FORMAÇÃO DOCENTE PARA DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESPÍRITO SANTO

Aline de Sousa Rosa, UFES<sup>1</sup>

Gabriely Lopes Vieira, UFES<sup>2</sup>

Douglas Christian Ferrari de Melo, UFES<sup>3</sup>

Eixo temático 05: Formação de Professores

**RESUMO:** Este trabalho objetiva compreender e analisar o papel das Campanhas Nacionais de Educação de Cegos na formação de professores especializados para o atendimento a alunos com deficiência visual no estado do Espírito Santo, delimitando como recorte histórico a atuação das campanhas no Brasil que antecedem a criação do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. Sabe-se que as campanhas constituem-se como um dos primeiros esforços do estado brasileiro na educação de pessoas com deficiência visual, seja na fabricação de livros, na capacitação da pessoa cega para o trabalho ou na formação de professores. O problema de pesquisa consiste no seguinte questionamento: Como iniciou a formação de professores especializados no atendimento aos alunos com deficiência visual em território Espírito Santense? Metodologicamente, foi utilizado a Pesquisa e Análise documental no acervo construído pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Deficiência Visual + Cão Guia da Universidade Federal do Espírito Santo, contendo documentações legais referente à educação especial da secretaria de educação, do Conselho estadual de Educação, da Assembleia legislativa e da biblioteca pública do estado do Espírito Santo em confronto com entrevistas de História Oral realizadas com professoras pioneiras no atendimento aos alunos com deficiência visual dentro do recorte histórico abrangendo 1960 - 2010. Dentre os resultados alcançados, destacamos os cursos subsidiados pela CNEC enquanto principal agente propulsor ao início do atendimento aos alunos com deficiência visual no estado, desencadeando importantes movimentações docentes em prol da defesa do aluno Público-Alvo da Educação Especial na sala de aula regular.

**Palavras Chaves:** História da Educação; Educação Especial; Formação de Professores; Campanha Nacional de Educação de Cegos.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo de caráter historiográfico é resultado de dois projetos de iniciação científica realizados entre o ano de 2021 e 2022, intitulados de "A Formação de Professores de Educação Especial no Atendimento aos Alunos com Deficiência Visual no Estado do Espírito Santo (1960 - 2010)" e

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal, Bolsista de Iniciação Científica bolsa Ufes vigência 2021- 2022.

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal, Bolsista de Iniciação Científica bolsa Ufes vigência 2021- 2022.

<sup>3</sup> Professor do Centro de Educação - CE, da Universidade Federal do Espírito Santo.

“Desdobramentos da Campanha Nacional de Educação de Cegos no Estado do Espírito Santo (1960-2010). Ambos partem da temática principal acerca da história da educação especial das pessoas com deficiência visual no referido estado.

A necessidade de valorizar as memórias e histórias docentes, bem como, das pessoas com deficiência visual justifica-se este estudo, em conjunto com a possibilidade de a partir do que se tem, pensar em práticas pedagógicas pautadas na lógica da inclusão, bem como, focalizar na relevância da formação continuada no aprimoramento do saber docente em relação à educação das pessoas com deficiência visual. Desta maneira, objetivamos compreender e analisar o papel das Campanhas Nacionais de Educação de Cegos na formação de professores especializados para o atendimento a alunos com deficiência visual no estado do Espírito Santo, delimitando como recorte histórico a atuação das campanhas no Brasil que antecedem a criação do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP.

Cabe salientar que partimos dos pressupostos defendidos pela Pedagogia Histórico Crítica ao compreender que a tarefa da educação recai na socialização dos saberes historicamente acumulados ao longo da história proporcionando a emancipação dos sujeitos, na medida que, “...cabe a escola a transmissão dos conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos representativos das máximas conquistas da humanidade!” (GALVÃO, LAVOURA e MARTINS, 2019, p.01), e na Psicologia Histórico Cultural que influencia a concepção de que todos são capazes de aprender, inclusive as pessoas com deficiência visual, isto porque, a apropriação da cultura e dos conhecimentos científicos caracterizam-se enquanto meios indiretos de superação das barreiras impostas pelo plano biológico (VIGOTSKY, 2011), neste caso, a ausência total ou parcial da visual. Desta maneira, compreendemos o docente enquanto um parceiro mais experiente, responsável pela mediação do aluno com o mundo de maneira intencional, tencionando às máximas possibilidades de desenvolvimento do sujeito. (MARSIGLIA, 2011).

## MÉTODO

Para realização deste estudo, foi utilizado a metodologia de pesquisa e análise documental, que para Lüdke e André (1986) é caracterizado como a observação de dados concretos partindo de hipóteses de interesse do grupo, realizada no repositório construído pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Deficiência Visual + Cão guia, contendo documentos provenientes dos arquivos da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), do Conselho Estadual de Educação (CEE ES), do Arquivo Público, da Assembleia Legislativa (ALES) E da Hemeroteca Digital.

Posteriormente os documentos oficiais relativos à educação especial entre o recorte histórico de 1960 a 2010, foram confrontados com entrevistas de História Oral realizadas com professoras pioneiras no atendimento aos alunos com deficiência visual no estado do Espírito ao longo do período em questão. A importância das entrevistas recai na medida que estas fontes permitem compreender a significação dos temas obtidos, repondo-os em seus contextos (ALBERTI, 2004). Para tratamento dos dados foi delineado enquanto técnica metodológica a análise do conteúdo (BARDIN, 2004). Tal técnica metodológica é utilizada, segundo Bardin (2004), a fim de investigar as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto). E, portanto, é fundamentada em três fases: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.

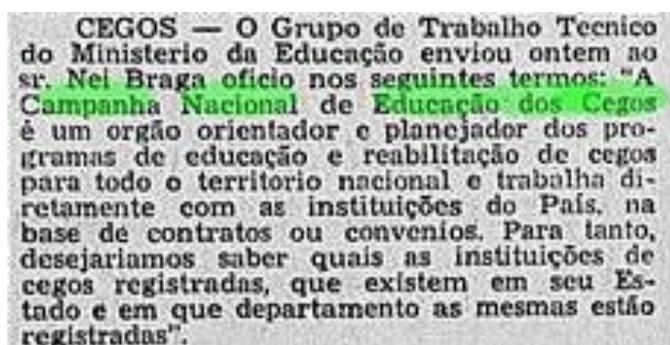
Dessa forma, o processo metodológico para elaboração deste estudo pode ser sintetizado em três etapas, sendo elas: A pré-análise: foi feita uma seleção de documentos que seriam analisados, com a temática da relação entre a Campanha Nacional de Educação dos Cegos e a formação de professores. A exploração do material: após a seleção dos documentos, foi feita uma categorização, organizando-os seguindo uma ordem cronológica. O tratamento dos resultados: por fim, neste último momento, foi feita uma interpretação para além dos documentos aqui encontrados, isto é, com a comparação de dados feita nos momentos anteriores, foi possível transformar os resultados brutos encontrados na Hemeroteca Digital, nos arquivos da SEDU, no CEE ES e na

ALES em conhecimentos significativos e válidos, interpretando os documentos, analisando e comparando-os.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

Durante o período de 1950 à 1970 de acordo com Xavier (2008) o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), por meio do Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP) e do Centro de Pesquisas Educacionais (CBPE), promoveu iniciativas de assistência para o Estado, por meio das políticas, que ficaram conhecidas por “Campanhas”, dentre elas, a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, Campanha Nacional de Educação de Deficientes Mentais, de Educação Rural, entre outras. Neste período o modelo de políticas públicas ficou popularmente conhecido como “campanhismo”, as quais eram independentes, tendo uma estrutura vertical, entretanto relacionada a um órgão, neste caso o MEC. Essas campanhas eram um recurso a fim de melhorar a educação do Brasil, visto que a legislação vigente era proveniente do Estado Novo (CARDOZO; MARTÍNEZ, 2019). A Partir deste cenário, é fundamental compreender a definição da Campanha Nacional para Educação dos Cegos, conforme a imagem determina:

Figura 01 - Última Hora (PR) - Ano 1961 Edição 00152



CEGOS — O Grupo de Trabalho Técnico do Ministério da Educação enviou ontem ao sr. Nel Braga ofício nos seguintes termos: “A Campanha Nacional de Educação dos Cegos é um órgão orientador e planejador dos programas de educação e reabilitação de cegos para todo o território nacional e trabalha diretamente com as instituições do País, na base de contratos ou convenios. Para tanto, desejaríamos saber quais as instituições de cegos registradas, que existem em seu Estado e em que departamento as mesmas estão registradas”.

Fonte: Hemeroteca Digital

Desta forma, para melhor compreender a importância da CNEC na formação de professores especializados, se faz necessário entender o conceito de educação inclusiva, que é caracterizada

como a inclusão de todos os alunos, independentemente de sua condição física e mental na educação escolar básica, onde a família, sociedade, Estado e corpo docente das escolas têm um papel importantíssimo para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, principalmente os portadores de necessidades especiais. (BATISTA; CARDOSO, 2020, p. 5)

Outrossim, é importante ressaltar que a educação não é apenas o conhecimento formal, visto que conforme afirma Freitas (2016 apud SAVIANI, 2008) a escola tem a obrigação de certificar que o discente por meio dos conteúdos da grade curricular possa se correlacionar com o corpo social de maneira crítica, bem como deve proporcionar a socialização do aluno, tendo ele deficiência ou não, objetivando a emancipação do mesmo. Nesta perspectiva,

O papel da instituição escolar é, então, de suma importância para que a criança se aproprie dos conhecimentos da humanidade, pois neles estão cristalizadas as qualidades humanas, para que saiba utilizar instrumentos e seja estimulada para se desenvolver progressivamente. (MARSIGLIA, 2011, p. 39).

Dessarte, evidencia-se a relevância da inclusão social na vida do aluno, que de acordo com Silva e Vieira (2019 apud Sasaki, 1997) é visto através do modo no qual a sociedade se relaciona com a Pessoa com Deficiência, se convencionando de forma que esta pessoa possa progredir em todas as áreas de sua vida, objetivando a equidade de oportunidade e, em consequência, colaborando para uma sociedade para todos. Nesse sentido, Silva e Vieira (2019, p. 4) mostram que a modalidade de ensino não deve ser “exclusiva ou segregadora destinada às pessoas com deficiência e necessidades especiais”. Mas sim, uma postura de possibilitar a todos o acesso à educação e ofertá-la de maneira igualitária.”

Após dois anos da criação da CNEC, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional por meio da Lei Nº 4.024\1961, responsável por

afirmar pela primeira vez, a inserção dos alunos com deficiência, sempre que for possível, na sala de aula regular. (BRASIL, 1961), demonstrando um cenário propício para debates e reflexões acerca da defesa dos alunos com deficiência na escola normal. Todavia, a referida Lei apresenta em seu texto contradições pois configura-se “A princípio, um avanço, contudo a legislação deixava claro o tratamento apartado da educação primária e da média, reforçando a diferença.” (CARDOSO, MARTINEZ, 2019, p. 02).

Na mesma década no Estado do Espírito Santo, estava posto a inexistência de cursos de formação continuada na área da deficiência visual ofertadas pelo estado, o que de certo, impossibilitava a expansão do atendimento que originou-se de maneira mais sistematizada somente em 1967 através do programa de atendimento ao deficiente visual, conforme aponta a entrevista da professora Dora:

*Entrevistador: Olha que interessante Vocês foram pra fora do estado fizeram o curso e vieram multiplicar para formar mais professoras aqui é quer dizer o estudo de vocês foi aproveitado por mais outros professores que queriam continuar.*

*Professora: É porque não tinha nenhum. (PROFESSORA DORA, 2017).*

Esses cursos que foram fornecidos nos estados da Bahia, Pará, Minas Gerais, São Paulo, entre outros, e eram subsidiados através da Fundação Dorina Nowill e pela CNEC, conforme afirma a professora Eva:

*Entrevistador: Então... A gente fez o roteiro das perguntas para gente começar... e mais ou menos quando começou assim esse trabalho de fazer atendimento à pessoa com deficiência visual? Em que ano mais ou menos?*

*Eva: Eu fiz o curso em São Paulo na fundação que hoje é Dorina Nowill era Campanha Nacional de Educação de Cegos... quando eu fiz... aí eu voltei... mas antes de mim... eu sei que duas professoras fizeram mas nenhuma das duas começou nada... voltaram e não se interessaram e depois de eu fazer o curso que eu voltei a dona Dorina me deu uma oferta de convênio de dois mil... que naquela época era cruzeiro... para iniciar... comprar um materialzinho algo coisa e aí eu fiquei um ano procurando assim entrosar procurando ver se teve cegos... tá porque a gente não sabia né? A única coisa que tinha aqui em Vitória era o Instituto Braille que você conhece né? Mas lá não era escola era só abrigo de cegos. (PROFESSORA EVA, 2016).*

A fundação Dorina Nowill Para Cegos citada pela entrevistada, foi criada em 11 de março de 1946 sendo originalmente intitulada de Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), sendo presidida por Dorina de Gouvêa Nowill nascida em 28 de maio de 1919, na cidade de São Paulo, sendo esta, mulher cega decorrente de doença não diagnosticada na infância. Adiante, “Em 1991, a FLCB mudou o seu nome e passou a chamar-se Fundação Dorina Nowill para Cegos, em sua homenagem” (SILVA, VIEIRA, 2019, p 03), sendo seu principal objetivo a produção de livro em braille delineando a democratização ao acesso de materiais didáticos (SILVA, VIEIRA, 2019). Cabe ressaltar que a relevância em focalizar nos aparatos de formação de professores, consiste na medida que a ausência de formação ou a formação precária resulta na dificuldade de assimilação de propostas teóricas a serem implementadas na prática, evidenciando um quadro de precariedade em que há a impossibilidade das propostas teóricas se comportarem enquanto alternativas para um trabalho qualitativo pedagogicamente diferenciado. (SAVIANI, 2019).

Retomando ao movimento que se deu no estado do ES, no qual refere-se portanto, a saída de professoras para outras unidades da federação objetivando realizar o curso em deficiência visual, as docentes após o término de curso retornam ao seu estado de origem e passam a atuar no atendimento do público em questão e concomitante, passam a ser agentes socializadores do saber adquirido, sendo estes, práticas pedagógicas relacionadas ao atendimento de alunos com cegueira ou baixa visão, atuando num movimento dialético de formação de novas professoras, o que possibilitou o alargamento e a continuidade do atendimento oferecido ao alunos com deficiência visual.

Nesta perspectiva, o relato da professora Janice aponta como suas professoras do curso de especialização, as mesmas docentes que haviam se formado fora do Espírito Santo e retornado posteriormente:

*Entrevistador: Você lembra o ano que você fez o curso?*

*Janice: Começou em setenta e nove, oitenta e foi via supletivo. A gente concluiu em oitenta e foi o ano que a Larissa nasceu.*

*Entrevistador: E quem eram os professores?*

*Janice: Eva, Larissa, Dora, e tinha um pessoal da UFES que dava aula lá, de português. Eu não lembro mais não... (PROFESSORA JANICE, 2017).*

Esse cenário também repercute em Linhares, na medida que, o primeiro curso do município em questão foi ofertado pelo Centro de Apoio Pedagógico aos Deficientes Visuais (CAP - DV), tendo a presença das mesmas docentes já citadas.

*Então... pra eu entrar na área de deficiência visual eu fiz o curso oferecido pela prefeitura de Linhares aqui em Linhares na época em 1994. A equipe que veio dar o curso foi aí que tudo do Cap de Vitória... veio aqui na época, tinha a professora Maria, a professora Sara e outras professora que devem tá todas aposentadas na altura com campeonato, mas foram pessoas assim... maravilhosas...fizemos um curso que foi assim fantástico...bem puxado mesmo...tinha que sair escrevendo braile, lendo braile. (PROFESSORA MARIA, 2018).*

Adiante, apesar de na década de 1960 ainda não existir cursos de formação na área em questão oferecidos pelo governo do estado, através da análise das entrevistas é constatado que havia uma série de incentivos à matrícula e a finalização dos cursos concedidos pela CNEC e pela Fundação Dorina Nowill, mediante ao pagamento de bolsas de estudo, custeio de passagens e disposição de um professor substituto, visto que, as alunas cursistas já eram professoras da rede de ensino estadual do espírito santo.

*Entrevistador: E como vocês foram escolhidos para participar da campanha? Vocês já eram professoras?*

*Eva: O recurso?*

*Entrevistador: Isso.*

*Eva: É uma professora do estado que a gente seleciona e mandava com bolsa, tinha bolsa de estudo.*

*Entrevistador: Mas você foi selecionado para esta bolsa?*

*Eva: Não eu entrei na marra... eu trabalhava na secretaria de educação tinha um formulário lá eu preenchi e fui. (PROFESSORA EVA, 2016).*

Cabe ressaltar que os formulários eram enviados pela Campanha, contudo, permaneciam na divisão de orientação e pesquisas pedagógicas da secretaria de educação sem que houvesse uma efetiva divulgação, impedindo a socialização da oferta dos cursos e portanto, a formação de professores especializados. (EVA, 2016).

Esse movimento de formação de docentes especializados no ensino de Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, entre outros, possibilitou um importante fator para inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. Isto porque, nunca houve escola especial destinada a cegos, concomitante com o fato de as professoras recentemente formadas executaram um importante papel de inserção dos alunos com deficiência na escola, conforme afirma:

*Eva: Olha aonde eu sabia que tinha um cego eu ia procurar "ah tem um cego que mora não sei aonde..." eu ia procurar... foi assim que eu fui juntando as primeiras alunas... foram duas alunas vieram de Nova Venécia Lúcia e Luzia... elas vieram de Nova Venécia uma mãe trouxe pra ficar aqui para estudar... elas formaram uma classe especial e tinha mais quatro cinco alunos. (EVA, 2016).*

Esse movimento aconteceu não somente na região de Grande Vitória - ES, mas também no interior do estado onde após ser ofertado o primeiro curso na área, as alunas cursistas aplicaram um teste denominado de Escala de Snellen nas escolas e descobriram a presença de alunos cegos. A Partir disto, foi implementado o atendimento a estes estudantes, conforme aponta entrevistada atuante no município de Linhares:

*Isso exatamente... a escola Caíque né... começou a funcionar em 95 não é isso? 95 foi o período de preparação dessa sala e em 96 começou a receber alunos com deficiência visual e quem são esses alunos que iniciaram aqui? Eles foram descobertos justamente por causa do curso de 94 porque nós tínhamos que fazer o estágio de 100 horas e essas 100 horas eram feitas nas escolas aplicando testes optométricos então a gente escolhesse uma série de escola que era mais acessível para nós iremos até sua escola aplicar o teste optometria em busca desse alunado com deficiência. E aí constatamos que Linhares tinha um número altíssimo de pessoas com deficiência visual que precisava desse atendimento. (PROFESSORA MARIA, 2018).*

Em suma, o que se tem evidenciado a partir da análise das entrevistas concomitante ao confronto dos documentos oficiais, é que o percurso da educação especial para as pessoas com deficiência visual se deu de maneira diferente em relação aos outros estados brasileiros. A ausência de uma instituição especializada para alunos com deficiência visual propiciou que este público fosse inserido num processo de integração à escola comum, “pulando” a

etapa de segregação. Isso relaciona-se à compreensão da educação enquanto um direito social e bem público.

Outro ponto relevante dessa história refere-se a relevância da CNEC que mesmo não presente diretamente no estado, propiciou a formação de uma primeira geração de docentes especializados que retorna ao seu estado de origem e atua num movimento dialético: na educação de alunos com cegueira e baixa visão e ao mesmo tempo, na habilitação e preparo do magistério para exercício no atendimento itinerante com alunos com deficiência visual. Nessa perspectiva, os cursos ofertados pela CNEC consistem numa mola propulsora para o desenvolvimento da educação especial numa perspectiva inclusiva no estado do espírito santo.

Contudo, apesar dos incentivos ofertados no que tange a disponibilidade de bolsa, custeio de passagens e a existência de professores substitutos para cobrir os cursistas em suas jornadas de trabalho, problematiza-se os poucos esforços realizados pelo governo do estado na ampla divulgação dos cursos concedidos inicialmente pela CNEC e pela Fundação Dorina Nowill, somado a demora da implementação das formações continuadas próprias dentro do território Espírito Santense.

## CONCLUSÕES

Através deste estudo, pode-se destacar o breve período de vigência da CNEC, entre 1958 e 1973 e como este atuou de maneira decisiva na educação especial na área da deficiência visual no estado do Espírito Santo. Destaca-se também a abertura e o desenvolvimento do acesso à educação especial para cegos; a distribuição de materiais como máquinas de escrever em braile e os regletes; o acesso à leitura, por meio da distribuição de livros em braile; a criação de cursos profissionalizantes; a implantação de Centros de Reabilitação para Cegos; entre outras medidas responsáveis a inserção gradativa da pessoa com deficiência na sociedade.

Problematiza-se o fato de que havia instaurado certa instabilidade nas políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência visual, em virtude de a CNEC não receber recursos apenas de fontes públicas, mas também de fontes privadas, não sendo custeado totalmente pelo poder público.

Ademais, relacionamos os docentes entrevistados enquanto intelectuais orgânicos, visto que, este tem uma responsabilidade com as classes subalternas, e aqui iremos considerar também os alunos Público-Álvo da Educação Especial, dentre elas, as pessoas com deficiência visual. Essa responsabilidade é de atuar numa formação social e igualitária, no qual Saviani (2009) explica a necessidade de haver a socialização do saber historicamente produzido e acumulado ao longo da humanidade entre as classes subalternas para que elas tenham mecanismos de emancipação humana e de questionamento da lógica vigente, isto é, de que a pessoa com deficiência não pode aprender e que seu lugar é em locais institucionalizados, em abrigos e em escolas especiais. Dito isso, essas professoras, assim como os intelectuais orgânicos, objetivam a formação de uma sociedade mais igualitária do ponto de vista econômico, social, político e cultural. salienta-se que a primeira geração de professoras que se formam especialistas no atendimento aos alunos com deficiência visual nos estados de São Paulo, Bahia, Pará, entre outros, optam por retornar ao estado, atuar e socializar o saber adquirido em seu território de origem, mantendo-se ligadas a sua classe social originária, contribuindo para a construção do atendimento ao aluno com deficiência visual numa lógica pautada na certeza de seu desenvolvimento e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 22

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 4.024/1961. BRASIL.

BATISTA, L.; CARDOSO, M. D. O. **Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade.** Revista Educação Pública, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em:  
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 10 nov. 2022

CARDOSO, F. L. M; MARTÍNEZ, S. A. **A Campanha Nacional de Educação dos Cegos: uma leitura da imprensa jornalística dos anos 1960 e 1970.** Revista Brasileira de História da Educação, [s. l.], v. 19, ed. 051, p. 1-25, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/YpS4ZN6PTC8hrfX5hHCkGNv/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ENERGIA Elétrica: Nei irá amanhã a Paranaguá. Última Hora (PR), Paraná, n. 00152, p. 3, 24 nov. 1961. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22Campanha%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Cegos%22&pasta=ano%20196&pagfis=12451>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FREITAS, L. S. **Inclusão na escola de ensino regular: Possibilidades e limites. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor de PDE,** [s. l.], v. 1, 2016. Disponível em:  
[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_edespecial\\_uem\\_luizetefranciscodasilva.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uem_luizetefranciscodasilva.pdf). Acesso em: 25 nov. 2022

GALVÃO, A. C; LAVOURA, T. N; MARTINS, L. M . **Fundamentos da didática histórico-crítica.** Autores Associados, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SAVIANI, D. **Dermeval. Escola e Democracia** 40. ed. comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 2019

SILVA, J. Y; VIEIRA, A. C. O. **ALÉM DO OLHAR: a atuação de dorina nowill na educação especial para cegos.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IV, 2019, Rio Grande do Norte. **Anais [...]** . Campina Grande: Realize Editora, 2019. v. 4, p. 1-8. Disponível em:  
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58969>. Acesso em: 24 nov. 2022.

VIGOTSKI, L. S. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4,

dez. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>.  
Acesso em: 6 set. 2020.

Xavier, L. N. **Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950-1960**. In A. W. Mendonça & L. N. Xavier (Orgs.), Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960 (Coleção Inep 70 anos, Vol. 1). Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2008.

## FONTES

### Entrevistas

PROFESSORA EVA. Entrevista concedida a Arneida Coutinho Boniatti e Douglas Christian Ferrari de Melo, Vitória, 06 set. 2016.

PROFESSORA JANICE. Entrevista concedida a Arneida Coutinho Boniatti e Douglas Christian Ferrari de Melo, Vitória, 18 nov. 2017.

PROFESSORA DORA. Entrevista concedida a Arneida Coutinho Boniatti e Douglas Christian Ferrari de Melo, Vitória, 06 set. 2017.

PROFESSORA MARIA, Entrevista concedida a Marcela Rubi, Linhares, 12 dez. 2018.